



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

RESOLUÇÃO Nº. 510 /2014

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

92ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 20/08/2014

PROCESSO Nº. 1/4499/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/201113914

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: COSBEL DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA

AUTUANTE: Silvia H. Albuquerque

RELATORA: Conselheira Anneline Magalhães Torres

EMENTA: ICMS – 1. OMITIR INFORMAÇÕES EM ARQUIVOS MAGNÉTICOS OU NESSES INFORMAR DADOS DIVERGENTES DOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS. 2. Increpação fiscal consubstanciada na existência de divergência entre o valor informado na DIEF e o informado nos arquivos magnéticos apresentados à fiscalização. **3.** Recurso Oficial conhecido e não provido. **4.** Auto de infração julgado **IMPROCEDENTE**, por unanimidade de votos, haja vista a falta de previsão legal capaz de embasar a ação fiscal, conforme manifestação do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com Parecer da Consultoria Tributária. **5.** Confirmada a decisão do julgamento singular, em consonância com interpretação do art. 123, VIII, alínea I da Lei 12.670/96.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida ao exame tem o seguinte relato: *“Omitir informações em arquivos magnéticos ou nesses informar dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais. A empresa entregou o arquivo eletrônico referente as operações de 2006, no entanto,, os valores das saídas informadas na DIEF. Foi detectado uma diferença no montante de R\$ 57.105,33 conf. Planilha em anexo.” (sic)*

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o art. 123, inciso VIII, alínea “I” da Lei nº 12.670/96.

[Assinatura]



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Informações Complementares do Auto de Infração;
- Ordem de Serviço;
- Termo de Início de Fiscalização;
- Cópia do AR referente ao Termo de Início de Fiscalização;
- Termo de Conclusão de Fiscalização;
- Demais documentos.

O contribuinte, apresentando defesa administrativa, referenciou que as diferenças apontadas pelo agente fiscal teria se dado em razão da não consideração dos valores constantes dos cupons fiscais.

O julgamento monocrático, arrazando acerca do que a legislação prevê sobre “arquivo magnético”, entendeu pela **IMPROCEDENTE** do auto de infração, tendo em vista que as informações apresentadas pelo contribuinte, no momento da fiscalização são apenas um indício das operações constantes nos documentos fiscais.

Através do Parecer de Nº 737/2013 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do Recurso Oficial, negando-lhe provimento, ratificando a decisão proferida pelo julgador, sob o entendimento de que a infração denunciada deve ser subsidiada de prova direta da divergência da DIEF e os registros dos livros fiscais.

É o RELATÓRIO.

VOTO DA RELATORA

Trata-se de Recurso Oficial interposto por **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em face de **COSBEL DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração em tela. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

1. DA IMPROCEDÊNCIA DA ACUSAÇÃO FISCAL



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

No caso em deslinde, a contribuinte foi autuada por omitir informações em arquivos magnéticos, informando dados divergentes dos constantes na DIEF, e os constantes nos arquivos apresentados no momento da fiscalização.

Entretanto, em uma análise mais acurada da acusação fiscal, depreende-se que não ocorreu a subsunção da situação elencada à norma descrita no artigo 123, inciso VIII, alínea “I” da Lei 12.670/96, que trata sobre a situação de incompatibilidade entre os dados declarados nos arquivos magnéticos ao Fisco e os documentos fiscais do contribuinte.

Destaque-se, *in concreto*, que quando o auditor comparou as informações contidas nas DIEF com as informações prestadas na fiscalização, se desincumbiu de analisar os documentos fiscais referentes a essas operações, que estavam sob a guarda do contribuinte, o que o impossibilitou de realizar qualquer comparação para comprovação da veracidade das informações e valores.

Ora, a infração disposta no art. 123, inciso VIII, alínea “I” da Lei nº 12.670/96 é clara: “omitir informações em arquivos magnéticos ou nesses informar dados divergentes dos constantes dos documentos fiscais”

Ou seja, o dispositivo legal traz com clareza que o confronto deve ser feito entre os arquivos magnéticos e os documentos fiscais, e não entre os arquivos entregues a fiscalização. Neste sentido, é cristalina a ausência de elementos probantes capazes de configurar especificadamente a infração imputada na inicial.

Desta feita, a questão meritória ficou prejudicada, pois de início verificou-se que a composição probatória da autuação se mostrou fragilizada, vez que o autuante não conseguiu demonstrar inequivocamente que houve divergências nas informações eletrônicas do contribuinte e sua documentação fiscal, descrição do tipo legal da norma.

Assim podemos concluir que no processo em epígrafe não se vislumbrou por parte do Fisco a utilização da documentação indispensável à realização de um levantamento coerente, pois a argumentação do autuante está pautada em dados que não possuem valor probatório para identificar o ilícito.

273



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Frente à argumentação fática e jurídica exposta acima, observa-se que a conclusão mais consentânea com a justiça fiscal consiste na manutenção da decisão condenatória proferida em primeira instância para que prepondere a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** da presente feito fiscal.

2. DO VOTO

Ex positis, voto pelo conhecimento do Recurso Oficial, para negar-lhe provimento, afim de que seja declarada a **IMPROCEDÊNCIA da acusação fiscal**, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO

4/4



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **COSBEL DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA**. A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após conhecer do reexame necessário, negar-lhe provimento, resolve confirmar a decisão ABSOLUTÓRIA proferida pela primeira instância, nos termos do voto da Relatora, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 08 de 10 de 2014.

Francisca Marta de Sousa
Presidente

Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro

Anneline Magalhães Torres
Conselheira Relatora

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro

José Gonçalves Feitosa
Conselheiro

Mônica Pinheiro Menescal
Conselheira

Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira

Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro

André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro

Matteus Viana Neto
Procurador do Estado